



**DIPLOMACIA /** Pela 11ª vez, Brasil assume uma das vagas rotativas da principal instância de decisão das Nações Unidas. E conviverá com China, França e EUA, membros permanentes do colegiado e que foram razão de hostilidades do governo Bolsonaro

# De volta ao Conselho da ONU após 10 anos

» THAISA MEDEIROS  
» FABIO GRECCHI

Depois de 10 anos, o Brasil voltou a ocupar um dos assentos rotativos do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A posse será na próxima terça-feira e a participação no principal organismo de deliberação da ONU será por dois anos.

Esta é a 11ª vez que o Brasil integra a instância máxima da ONU — a última foi em 2010 e 2011. O embaixador Ronaldo Costa Filho, chefe da missão brasileira nas Nações Unidas, afirmou que, neste biênio, o foco será o debate de questões relacionadas à América Latina — especialmente a crise humanitária no Haiti e o recrudescimento da narcoguerrilha na Colômbia — e os conflitos na África.

Há décadas o Brasil reivindica assento permanente no colegiado, ao lado de Estados Unidos, Rússia, China, França e Grã-Bretanha. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez intensa campanha, no seu segundo governo, para que o número de integrantes fixos do conselho fosse aumentado. Por isso, o país integra o chamado G4 — com Alemanha, Índia e Japão, que defendem a ampliação do conselho.

Os membros permanentes são os únicos que têm poder de veto — basta um discordar para derrubar uma decisão acordada pelos demais. Os outros integrantes temporários que assumirão com o Brasil são Albânia, Emirados Árabes, Gabão e Gana. Compõem ainda o conselho Índia, República da Irlanda,

Monika Graff/AFP



Reunião do Conselho de Segurança. Brasil reivindica que composição do colegiado seja aumentada para ter assento permanente

México, Noruega e Quênia — que ficam até o fim de 2022.

## Expectativa

Nos meios diplomáticos, existe uma grande curiosidade

sobre a atuação brasileira. Isso porque, durante a gestão de Ernesto Araújo, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) rompeu várias tradições diplomáticas do Brasil. A que mais trouxe prejuízos foi a beligerância com

a China, membro permanente do colegiado.

O chanceler anterior chegou a chamar o novo coronavírus de “comunavírus”, em alusão ao fato de o micro-organismo ter sido identificado na cidade

chinesa de Wuhan, além de ter participado da campanha de hostilidades contra o embaixador de Pequim no Brasil, Yang Wanming — pediu até que se retratasse quando o diplomata respondeu com veemência a

**2010 E 2011**

foi o último biênio de participação do Brasil no principal órgão deliberativo das Nações Unidas

um ataque do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Diante da deterioração das relações com os chineses, Araújo chegou a dizer que não era ruim que o Brasil se tornasse um pária internacional. Além disso, durante o governo de Donald Trump, o país se alinhou, na Organização Mundial do Comércio (OMC), ao então presidente norte-americano contra a proposta da Índia e da África do Sul de quebra de patentes das vacinas para a covid-19, a fim de que os países pobres pudessem ter acesso aos fármacos.

Mas a convivência com a China no conselho não é a única fonte de constrangimento para o Brasil. Terá também de se relacionar com o representante diplomático da França — cuja mulher do presidente, Emmanuel Macron, foi motivo de deboche do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, que disseram que ela era “feia” — e dos Estados Unidos — cuja vitória de Joe Biden sobre Trump demorou a ser reconhecida pelo Palácio do Planalto.

## VACINAÇÃO PEDIÁTRICA

# STF quer explicação para consulta pública

» RAPHAEL FELICE

Por decisão da ministra Cármen Lúcia, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, deem explicações sobre a consulta pública aberta pela pasta para chegar a uma conclusão sobre a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos de idade. O prazo para que o governo se manifeste termina hoje.

A decisão da ministra foi tomada depois de ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) — que pede a anulação da consulta pública e solicita a inclusão, urgentemente, das crianças de 5 a 11 anos no Plano Nacional de Imunizações (PNI). A entidade argumenta que, mesmo depois de 600 mil mortes e de estudos endossados pela comunidade científica, o Poder Executivo pretende adiar a imposição de vacina a crianças sob o argumento de querer ouvir a população a respeito.

Na determinação, a ministra salienta que o atraso da vacinação de crianças é de “inegável gravidade” e pode deixá-las vulneráveis a outras possíveis variantes da covid-19. “Os provimentos e as omissões

administrativas que desatendam ou posterguem, com consequências apuráveis e danosas, as medidas necessárias para a garantia do direito à saúde podem gerar efeitos gravosos às pessoas e a toda a sociedade, pelo que deles decorrer responsabilização para os seus autores”, anotou a ministra.

Além de Bolsonaro e Queiroga, Cármen pediu a manifestação do advogado-geral da União, Bruno Bianco, e do procurador-geral da República, Augusto Aras, em até cinco dias.

## Direito à vida

Na decisão, a ministra do STF ressaltou o princípio constitucional do “direito à vida”. “A atuação estatal jurídica legitima-se, exclusivamente, na relação direta com a coerência demonstrada quanto ao atendimento das exigências constitucionais de garantia das medidas eficazes para o resguardo e a recuperação da saúde e pela prevenção de doenças”, concluiu.

A ministra observou, no despacho, o entendimento de entidades e especialistas na área da saúde. Em parecer favorável à vacinação de crianças entre 5 e 11 anos, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) destacou que, até o começo de dezembro, foram

Rosinei Coutinho/STF



Cármen: mais uma decisão contra o governo para a vacinação

notificadas aproximadamente 2,5 mil mortes por covid-19 de pessoas com menos de 19 anos. A SBP aponta ainda que 34 mil brasileiros da mesma faixa-etária foram hospitalizados.

A vacinação de crianças entre 5 e 11 anos é mais um ponto de conflito entre o governo do presidente Jair Bolsonaro e a comunidade científica. No discurso de final de ano, ele se colocou contrariamente à obrigatoriedade da imunização e ainda atacou o passaporte de vacinação. Horas antes, o ministro Ricardo Lewandowski havia derrubado portaria do Ministério da Educação que vetava a exigência de comprovante de vacinação para alunos de instituições federais de ensino.

## » Anvisa recomenda suspender cruzeiros

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou ao Ministério da Saúde a suspensão da temporada de navios de cruzeiro. A decisão vem após vários casos de covid-19 registrados nos navios MSC Splendida e Costa Diadema. Além disso, a autarquia chamou a atenção para os dados epidemiológicos ascendentes em todo o mundo, com o crescimento de número de casos de infecção pela cepa ômicron. O Costa Diadema estava atracado em Salvador e o MSC Splendida, em Santos (SP).

# Remédio em falta no SUS

» GABRIELA BERNARDES\*

O Sistema Único de Saúde (SUS) está com baixos estoques de um dos principais remédios para o controle da epilepsia — doença neurológica que provoca convulsões e ainda é cercada de preconceito —, o levetiracetam. Por conta da escassez, o Ministério da Saúde tem orientado que o medicamento seja distribuído com a dosagem reduzida em um terço — em vez de 750 mg, 250 mg.

A proposta causou indignação em pacientes e especialistas. Por causa disso, a Associação Brasileira de Epilepsia (ABE) deu início a um movimento, nas redes sociais, repudiando a sugestão de redução da dosagem. A campanha #SOEpilepsia alerta para os riscos da iniciativa do ministério.

Para o neurologista e vice-presidente da ABE, Lécio Figueira, a dificuldade de fornecimento podia ser evitada. “Eles tinham tempo hábil para tomar uma atitude adequada. Eles sempre vêm com esses problemas, mas, dessa vez, estamos lutando para que isso acabe. Não é possível trocar de medicação de uma hora para outra. Você pode descompensar o paciente e ele pode não responder à nova dosagem”, explicou.

Em documento encaminhado às secretarias estaduais de Saúde, o ministério afirmou que “fez-se necessária a busca por estratégias

para prevenir eventuais prejuízos aos pacientes”. A pasta alega, ainda, que o consumo foi maior do que o estimado. Para piorar, a licitação para a compra do levetiracetam fracassou em setembro, mas que outro está em curso.

Nada disso, porém, ameniza a situação do Ministério da Saúde. Segundo Figueira, além dos habituais problemas na obtenção de remédios, as dificuldades no leilão para a compra do medicamento não eram novidade e as providências demoraram para ser tomadas.

Procurado pelo Correio, o Ministério da Saúde não esclareceu as razões do desabastecimento e sobre a eficiência da orientação para a redução da dosagem. A pasta apenas afirmou que a substituição da dosagem do medicamento ficará “a critério do médico prescritor”, com necessidade de nova receita e documentação.

Figueira afirmou que essa orientação vai sobrecarregar a rede do SUS. “Todos (os pacientes) precisam passar por uma nova consulta, novos exames, novo fichamento. Isso vai sobrecarregar o sistema. Isso é absolutamente irresponsável e não é uma solução real”, alertou.

Figueira avaliou a postura da pasta como desidiosa. “A epilepsia não é uma doença rara. É uma das três doenças neurológicas mais frequentes. E é uma das doenças que mais impacta na qualidade de vida de quem a tem”, destacou.

\* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi